

Nota 01. Contexto Operacional

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI-DR/TO é uma entidade de direito privado. Instituído através do Ato Ad Referendum nº 08/92 do Conselho Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem industrial em 29 de junho de 1992, em conformidade com o Regimento do SENAI, conforme termos do Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, cujo regimento foi aprovado pelo Decreto nº 494, de 10 de janeiro de 1962, alterado e acrescentado pelo Decreto nº 6.635, de 5 de novembro de 2008. O estabelecimento matriz é inscrito sob o CNPJ: 03.777.465/0001-41, sediado na ACSE 1 Rua de Pedestre SE 3, Lote 34-A, S/N, Centro 2º Andar, na cidade de Palmas – TO.

O Departamento Regional do Tocantins tem como objetivo oferecer cursos na área de educação profissional, serviços técnicos e tecnológicos alinhados à demanda do Estado, utilizando estratégias de atendimento adaptadas à realidade regional. São 5 (cinco) escolas, 1 (um) posto avançado (1) sede administrativa, que somada às Unidades Móveis oferece diversos cursos, nas áreas industriais, além de prestar serviços técnicos e tecnológicos às indústrias locais.

Centro de Formação	Cidade
SENAI/DR-TO - Sede	Palmas
CETEC Palmas – Centro de Educação e Tecnologia	
CFP Taquaralto – Centro de Formação Profissional	
CETEC Araguaína – Centro de Educação e Tecnologia	Araguaína
CFP Paraíso – Centro de Formação Profissional	Paraíso do Tocantins
CT Gurupi – Centro de Treinamento	Gurupi
PA – Xambioá - Posto Avançado	Xambioá

Na qualidade de instituição de educação e assistência social, seus bens e serviços gozam de ampla imunidade fiscal e tributária em relação aos impostos federais, estaduais e municipais, nos termos dos artigos 12 e 13 da Lei nº 2.613/1955, e também do artigo 150, inciso VI, alínea C da Constituição Federal de 1988. Em relação as contribuições sociais, especificamente a CSLL não está sujeita por não apurar lucro, portanto, não se enquadra nas regras da Lei nº 10.833/2006. Quanto a contribuição sobre o PIS/PASEP e COFINS sobre o faturamento é isenta.

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 ("Reforma Tributária"), que altera substancialmente o sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, substituindo tributos federais (PIS, COFINS, IPI) e subnacionais (ICMS, ISS) por um IVA Dual (CBS - Contribuição sobre Bens e Serviços e IBS - Imposto sobre Bens e Serviços), além da criação de um Imposto Seletivo (IS). A implementação ocorrerá de forma gradual, com início das alíquotas de teste em 2026 e substituição integral a partir de 2023.

A Administração da Entidade, com apoio de assessoria especializada, vem avaliando constantemente os impactos decorrentes da reforma em suas atividades e, com base no atual estágio de implementação da reforma, entende que não haverá impactos relevantes sobre suas atividades operacionais e/ou financeiras. Adicionalmente, a Entidade vem proporcionando aos seus colaboradores e administradores, cursos de capacitação profissional visando a plena implementação dos requisitos exigidos pela reforma, bem como adaptando seus sistemas para as exigências fiscais e operacionais requeridas.

Considerando o ambiente econômico, a entidade avalia e acompanha os resultados relevantes das principais fontes de recursos e processos operacionais que suportam as ações estratégicas do departamento regional. Nesse aspecto, apresenta-se as sínteses desses processos.


Clesio da Cruz Barbosa
Contador CRC TO 005099/O-6
Gerente UNICON – Sistema FIETO

ACSE 1 Rua de Pedestre SE03 Lote 34-A Edifício Armando Monteiro Neto
Plano Diretor Sul 77020 016 Palmas TO


Márcia Rodrigues de Paula
Diretora Regional
SENAI-DR/TO
Tel (67) 3229 5700
www.senai-to.com.br

1.1 Contribuição Compulsória

A taxa de crescimento da arrecadação do SENAI foi de 6% em comparação ao exercício de 2024. Sendo que do montante arrecadado em 2025, 5,67% foi proveniente da modalidade direta, 16,46% da indireta, e 77,88% dos auxílios.

Em relação ao aumento 24% no auxílio mínimo esse é decorrente da redistribuição da parcela de três regionais que deixaram de ser deficitários, e os valores que estes faziam jus foram redistribuídos àqueles que continuam elegíveis na condição de deficitário. Ademais, a redução de 32% no auxílio especial é decorrente dos valores incrementados no auxílio mínimo.

Modalidade de arrecadação	31/12/2025	31/12/2024	Variação	%
Diretas	2.430.500,41	2.296.396,42	134.103,99	6%
Indiretas	7.059.124,24	6.527.582,87	531.541,37	8%
Auxílio Mínimo	29.130.463,16	23.453.624,75	5.676.838,41	24%
Auxílio Especial	4.275.647,07	6.316.717,16	(2.041.070,09)	-32%
Total	42.895.734,88	38.594.321,20	4.301.413,68	6%

A arrecadação direta e indireta recebidas pelo SENAI são as principais fontes de sustentabilidade da instituição, oriundas dos estabelecimentos industriais das modalidades de indústrias enquadradas na Confederação Nacional da Indústria, nos termos do art. 4º do decreto-lei nº 4.048 de 22 de janeiro de 1942. Tais contribuições são repassadas de duas formas: a indireta, na qual a pessoa jurídica contribuinte recolhe o valor via DARF para a Receita Federal do Brasil que repassa ao SENAI/DN e este distribui aos regionais. Já a direta firma-se termo de cooperação técnica entre a empresa e o SENAI-DR/TO, que recolhe via boleto bancário para a conta do regional.

O departamento nacional repassa ainda aos regionais deficitários a título de auxílio mínimo 4% da receita da contribuição geral, para o auxílio às escolas ou cursos em regiões onde a arrecadação seja insuficiente para a manutenção do mínimo de ensino julgado necessário. Além disso, repassa também a título de auxílio especial 4% destinados a planos de ampliação de escolas e cursos ou criação de centros de treinamentos, nas regiões Norte e Nordeste do País, ou ainda a concessão de bolsas de estudo a alunos desses centros, mediante aprovação do Conselho Nacional.

1.2 Apoio Financeiro

Os resultados da captação de recursos para o regional através dos processos de fomento/projetos no ano de 2025 refletem a boa atuação conjunta entre SENAI/DN e departamentos regionais, em ações convergentes com a estratégia institucional.

Em 2025 o montante de R\$ 4.693.289,89 referente à contrapartida do SENAI/DN concedida ao departamento regional do Tocantins das carteiras de fomento. Esse montante refere-se a 10 projetos, sendo que apenas 5 continuam ativos para o próximo exercício, os demais já foram prestado contas e encerrados.

1.3 Variações financeiras (Receitas/Despesas Financeiras)

Outra fonte de recursos para custeio das atividades operacionais do SENAI Tocantins, são as receitas financeiras decorrentes das aplicações através do investimento em fundos de renda fixa a longo prazo. Em 2025 a variação dos percentuais de rentabilidade dos fundos BB Atenas e Caixa CNI foram de 14,08% e 14,30% respectivamente, e em 2024, 9,96% e 10,65%. Logo, observa-se um leve aumento no comparativo entre 2025 e 2024.

Tipo de aplicações	2025		2024		Acumulado 2024-2025	
	Rentab %	% do CDI	Rentab %	% do CDI	Rentab %	% do CDI
Fundos BB Atenas 10	14,08%	98,40	9,96%	91,63	24,04%	95,02
Fundos Caixa CNI	14,30%	99,94	10,65%	97,98	24,95%	98,96

SENAI
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Cleide da Cruz Barbosa
Contador CRC TO 005099/O-8
Gerente UNICON – Sistema FIETO

ACSE 1 Rua de Pedestre SE03 Lote 34-A Edifício Armando Monteiro Neto
Plano Diretor Sul 77020 016 Palmas TO

Márcia Rodrigues de Paula
Diretora Regional
SENAI-DR/TO
Tel (63) 3229 5700
www.senai-to.com.br

1.4 Receitas de Contratos com Clientes e Acordos de Parcerias

Os contratos firmados com os clientes representam também uma ferramenta de custeio da entidade, sendo estes entregues dentro dos prazos estipulados e sem descontinuidade na oferta de serviços. Nesse contexto os serviços educacionais e serviços de consultoria e assistência técnica respondem pela maior parte do recurso arrecadado no ano de 2025.

Receitas de serviços	2025	2024	Variação
Tecnológicos	35.565,06	2.470,00	33.095,06
Consultoria de Assistência Técnica	496.333,93	435.548,33	60.785,60
Administrativos	405,52	695,00	-289,48
Educacionais	7.681.401,12	5.316.198,58	2.365.202,54
Total	8.213.705,63	5.754.911,91	2.458.793,72

Nota 02. Apresentação e base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras do SENAI-DR/TO foram aprovadas e autorizadas pela sua Diretoria em 22 de janeiro de 2026.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Contábeis aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), segundo a padronização e as peculiaridades do Plano de Contas e Manual de Padronização Contábil do Sistema Indústria, em consonância com a Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101/2000.

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

A fim de gerenciar as contas contábeis e analisar os resultados do exercício de 2025 das principais contas do SENAI-DR/TO, foram identificados os saldos dos demonstrativos contábeis, com suas análises patrimoniais, orçamentárias e financeiras.

2.2 Conjunto de demonstrações contábeis

O conjunto de demonstrações contábeis que estão sendo apresentadas é constituído dos seguintes demonstrativos:

- **Balanco Patrimonial** – apresenta os saldos das contas patrimoniais na data do levantamento do balanço;
- **Balanco Financeiro** – demonstra os recursos obtidos e aplicados durante o exercício, com ênfase na variação das contas do disponível;
- **Balanco Orçamentário** – demonstra as despesas e receitas orçamentárias orçadas e realizadas no exercício;
- **Demonstração do Resultado do Exercício** – evidencia a composição do resultado, receitas menos despesas orçamentárias e extraorçamentárias do exercício;
- **Demonstração das Variações Patrimoniais** – demonstra apuração do superávit ou déficit do exercício;
- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido** – demonstra as variações ocorridas nas contas que compõem o patrimônio líquido no exercício;

SENAI
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Clélio da Cruz Barbosa
Contador CRC/TO 005099/O-8
Gerente UNICON – Sistema FIETO

AC/SE 1 Rua de Pedestre SE03 Lote 34-A Edifício Armando Monteiro Neto
Plano Diretor Sul 77020 016 Palmas TO

Tel (63) 3229 5700
www.senai.to.com.br

Márcia Rodrigues de Paula
Diretora Regional
SENAI-DR/TO

- **Demonstração do Fluxo de Caixa** – elaborada pelo método indireto, demonstra a geração e a aplicação dos recursos financeiros do exercício.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do SENAI-DR/TO e, quando existentes, operações em moeda estrangeira são convertidas para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Ganhos e perdas resultantes do processo de conversão, quando existentes, são alocados no resultado do período.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.5 Benefícios pós-emprego

A entidade não concede benefícios pós-emprego aos seus colaboradores, diretores ou conselheiros.

2.6 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração utilize estimativas e adote premissas objetivas e subjetivas, para determinar os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas. As principais estimativas são relacionadas com a determinação de taxas de depreciação do ativo imobilizado, provisão de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, e provisões para desembolsos originados de processos administrativos e judiciais. Os resultados reais das transações envolvendo essas estimativas podem divergir dos valores efetivos apresentados. A administração revisa essas estimativas periodicamente.

Nota 03. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis e de apresentação adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. A Administração da Entidade mantém suas aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa, por se tratar de aplicações em fundos de investimentos e títulos de renda fixa (CDB), com resgate imediato.

3.2 Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata

As aplicações financeiras de liquidez imediata, quando existentes, são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

3.3 Créditos a receber de clientes

Estão apresentados pelo valor de realização e decorrem de serviços prestados, na área de educação, ou seja, serviços educacionais, bem como, serviços tecnológicos, serviços de consultoria e assistência técnica e serviços laboratoriais, que são registrados pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e acréscimos das variações monetárias, quando previstos contratualmente.

SENAi
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Contador CRC TO 005099/O-8
Gerente UNICON – Sistema FIETO

ACSE 1 Rua de Pedestre SE03 Lote 34-A Edifício Armando Monteiro Neto
Plano Diretor Sul 77020 016 Palmas TO

Tel (63) 3229 5700
www.senai-to.com.br

Márcia Rodrigues de Paula
Diretora Regional
SENAi-DR/TO

3.4 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

A perda estimada em crédito de liquidação duvidosa, é constituída de acordo com o normativo interno da Entidade, o qual determina a constituição de provisão para perda na razão de 100% (cem por cento), para os títulos vencidos há mais de 181 dias. Para os títulos com vencimento inferior a 180 dias, a provisão, quando necessária, é constituída com base em dados históricos de cada cliente, em montante considerado suficiente pela administração, para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos.

3.5 Adiantamentos

Referem-se à adiantamentos de salários, férias, 13º salário, adiantamentos de viagens, adiantamentos a terceiros e adiantamentos para realização de despesas de pronto pagamento.

3.6 Departamento conta movimento

Referem-se as transações financeiras entre o SENAI/DR-TO e departamentos regionais do SENAI em outros estados e departamento nacional.

3.7 Valores em Cobrança

Referem-se aos valores das vendas realizadas por meio das operadoras de cartão de débito, crédito à vista e crédito parcelado e não recebidas até a data do balanço.

3.8 Receitas a receber

Representam as receitas de contribuições compulsórias e subvenção ordinária, reconhecidas pelo regime de competência e não recebidas até a data do balanço.

3.9 Sistema Indústria – Conta movimento

Referem-se ao valor das operações compartilhadas entre as entidades do sistema indústria: SESI, IEL e FIETO.

3.10 Contas correntes ativas e passivas

Referem-se aos valores ativos e passivos, decorrentes das transações realizadas com outros departamentos regionais e direitos/obrigações junto a terceiros ou colaboradores.

3.11 Depósitos em Garantia

Referem-se depósitos realizados por ordem judicial ou por estratégia da própria administração quando movidas ações contra a entidade.

3.12 Despesas antecipadas

Correspondem aos valores pagos ou incorridos pela contratação de seguros, assinaturas de periódicos e outras despesas antecipadas, que são apropriadas nas contas de resultado, mensalmente, observando o período de vigência do contrato, em consonância com o regime de competência.

3.13 Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da correspondente depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável.

3.13.1 Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada pelo método linear a taxas anuais, levando em consideração as taxas anuais determinadas pela legislação fiscal, aplicadas a razão de 100% do valor do ativo, visto que, a Entidade não adota a política de considerar o valor residual do bem.

	Vida Útil	Taxa de Depreciação
Prédios	50 anos	2% a.a.

SENAI
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Clelio da Cruz Barbosa
Contador CRC TO 005099/O-8
Gerente UNICON – Sistema FIETO

AC/SE - Rua de Pedestre SE03 Lote 34-A Edifício Armando Monteiro Neto
Plano Diretor Sul 77020 016 Palmas TO

Tel (63) 3229 5700
www.senai-to.com.br

Márcia Rodrigues de Paula
Diretora Regional
SENAI-DR/TO

Veículos	5 anos	20% a.a.
Mobiliário em Geral	10 anos	10% a.a.
Instalações	10 anos	10% a.a.
Máquinas e Equipamentos em Geral	10 anos	10% a.a.
Equip. Médicos Cirurg. Odont. Lab.	10 anos	10% a.a.
Equipamentos de Informática	5 anos	20% a.a.
Equipamentos de Comunicação	10 anos	10% a.a.
Outros Bens Móveis	10 anos	10% a.a.

Os ativos imobilizados são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os terrenos e os bens cedidos não são depreciados.

3.13.2 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a entidade revisa o valor contábil de seus ativos não financeiros, para determinar se há alguma indicação de que tais ativos apresentaram indicadores de perdas por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado, com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo for menor que o seu valor contábil, o valor do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, quando aplicável. Porém, conforme laudo emitido pelo setor de patrimônio desta entidade, não foi observado mudanças significativas de vida útil e valor recuperável.

3.14 Intangível

Os ativos intangíveis são representados por gastos realizados com aquisições de licenças e utilitários de informática. Os direitos relativos a licenças de utilitários de informática, são demonstrados por seus custos históricos, deduzidos dos saldos das amortizações acumuladas, quando aplicável, estas são calculadas com base em taxas lineares anuais (tempo de uso das licenças ou geração de benefícios à Instituição).

	Vida Útil	Taxa de Depreciação
Direito de Uso de Softwares	10 anos	10% a.a.

3.15 Férias e encargos a pagar

O montante de férias e encargos sobre férias a pagar é calculado, com base na legislação trabalhista vigente, considerando o período aquisitivo de cada funcionário.

3.16 Provisões para Riscos

As provisões para riscos de perdas em causas cíveis, trabalhistas e tributárias, são reconhecidas quando há obrigações presentes (legal ou presumida), resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação (desembolso futuro) seja provável.

Na avaliação das causas para efeito de risco de perda provável, consideram-se as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, o julgamento dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas mensalmente e ajustadas nas circunstâncias julgadas necessárias, em função de prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais, identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

SENAI
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Cláudio da Cruz Barbosa
Contador CRC TO 005099/O-8
Gerente UNICON - Sistema FIETO

ACSE - Rua de Pedestre SE03 Lote 34-A Edifício Armando Monteiro Neto
Plano Diretor Sul 77020 016 Palmas TO

Tel (63) 3229 5700
www.senai-to.com.br

Marcia Rodrigues de Paula
Diretora Regional
SENAI-DR/TO

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação e a própria subjetividade envolvida.

Os processos judiciais da entidade são avaliados e revisados periodicamente, com base em pareceres da assessoria jurídica interna, sendo registrados contabilmente de acordo com as regras estabelecidas pela NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que estabelece que uma provisão deva ser reconhecida quando: (a) a entidade tem uma obrigação presente como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança.

3.17 Demais Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes fornecedores, impostos, taxas e contribuições, departamento conta movimento (projetos), empréstimos e financiamentos contratados, incorridos até a data do balanço.

3.18 Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

3.18.1 Receitas Correntes: estão compostas pelas receitas de atividades próprias, tais como:

- (a) **Receitas de contribuição:** representa a arrecadação compulsória direta e indireta. As empresas contribuintes da indústria recolhem ao SENAI, 1% sobre o montante da remuneração paga pelos estabelecimentos contribuintes a todos seus empregados. Além da contribuição compulsória, o SENAI tem uma contribuição adicional correspondente a 20% sobre a contribuição de 1%, devida apenas pelas empresas que têm mais de 500 empregados.

São arrecadadas e fiscalizadas, em regra, pela receita federal do Brasil, juntamente com as contribuições sociais previdenciárias. São apropriadas mensalmente, pelo regime de competência, utilizando as informações do departamento nacional, com base nas informações da GEAF – gerência de arrecadação e fiscalização, e ajustadas pelo valor recebido.

- (b) **Transferências Correntes:** referem-se a receitas de auxílios mínimo, especial e financeiro, e subvenções especiais e ordinárias, repassados pelo SENAI - departamento nacional, para o desenvolvimento de projetos voltados à consecução dos objetivos institucionais da entidade.
- (c) **Receitas e despesas financeiras:** representam juros e variações monetárias e cambiais ativas/passivas decorrentes de empréstimos, aplicações financeiras, e descontos obtidos de fornecedores. São reconhecidas no resultado pelo regime de competência.
- (d) **Receitas de Capital:** consolidam os registros de empréstimos obtidos, subvenções e auxílios, com a finalidade de execução orçamentária, e da alienação de bens.

3.18.2 Despesas Operacionais: consolidam os gastos realizados pela Entidade na manutenção de suas atividades, classificáveis como despesas correntes, despesas de capital e variações patrimoniais/financeiras, dependentes ou não da execução orçamentária.

- (a) **Despesas Correntes:** consolidam os gastos realizados pela Entidade na manutenção de suas atividades, classificáveis como aplicação direta e como transferências correntes.

- (b) **Despesas de Capital:** consolidam os gastos incorridos e as provisões, classificáveis como aplicações diretas, investimentos e inversões financeiras, e como de transferências de capital, com a finalidade de execução orçamentária.

3.19 Instrumentos financeiros

3.19.1 Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração: ativos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos no resultado. Os ativos financeiros da entidade incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, receitas a receber – arrecadação e departamento contam movimento.

Recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros: a entidade avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

3.19.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração: passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da entidade incluem contas a pagar a fornecedores, contas a pagar, empréstimos e financiamentos e departamento conta movimento.

Mensuração subsequente: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado, no momento da baixa dos passivos, bem como, durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Empréstimos e Financiamentos: os empréstimos e financiamentos são mensurados inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante e não circulante, conforme o período de amortização total da transação.

3.19.3 Operações com instrumentos derivativos

A entidade não opera com instrumentos derivativos.

3.20 Tributos e Contribuições

A entidade, nos termos dos artigos 12 e 13 da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, na condição de prestadora de serviços sociais autônomos, goza de imunidade tributária em relação aos impostos federais, estaduais e municipais.

Contribuições previdenciárias: a impossibilidade de exigência das contribuições previdenciárias patronais previstas no art. 22, incisos I, II e III, da Lei nº 8.212/1991, e da contribuição para o PIS/PASEP, calculada sobre a folha de salários, com base no Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002, artigo 9º, inciso VI, foi reconhecida judicialmente no processo nº 0006179-24.2016.4.01.4300/TO que transitou em julgado em 19 de setembro de 2019.

Contribuição social sobre o lucro líquido: a entidade não apura lucro, portanto, não está sujeita às regras da Lei nº 7.689/1988, art. 1º e 2º, Lei nº 10.833/2003 e IN RFB 1.234/2012, art. 4º, inciso VI.

COFINS: Conforme Incisos II do art. 46 do Decreto nº 4.524/2002, as Entidades relacionadas no artigo 9º, inseridos os serviços sociais autônomos, não contribuem para o PIS/PASEP sobre faturamento e são isentas da COFINS.

3.21 Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- ✓ Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ✓ Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente que requer ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

3.22 Continuidade Operacional

As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração de acordo com a base contábil de continuidade operacional, ou seja, com base no pressuposto de que a entidade está operando e continuará a operar em futuro previsível e de que a administração não pretende liquidar a entidade ou interromper as operações; e envolveu o julgamento, em determinado momento, sobre resultados futuros inerentemente incertos de eventos ou condições.

Nota 04. Caixa e Equivalentes de Caixa

Estão representados por saldos bancários e aplicações financeiras com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

	31/12/2025			31/12/2024		
	Sem restrição	Com restrição	Total	Sem restrição	Com restrição	Total
Banco Conta Movimento	2.252.371,08	7.724,77	2.260.095,85	1.591.140,71	17.861,00	1.609.001,71
Aplicações de Liquidez Imediata	80.446.523,21	1.806.452,78	82.252.975,99	68.187.612,97	913.895,90	69.101.508,87
Total	82.698.894,29	1.814.177,55	84.513.071,84	68.187.612,97	1.615.663,55	70.710.510,58

- Sem restrição: contas bancárias mantidas pela entidade para a execução e manutenção de suas atividades.
- Com restrição: contas bancárias vinculadas a projetos, convênios ou acordos para a execução de iniciativas educacionais e assistenciais. Em geral, possuem destinação estabelecida em normativos e/ou contratos.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente, a operações de curto prazo, de alta liquidez, mantidas no Banco do Brasil e Caixa econômica federal que estão prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Essas operações são remuneradas às taxas médias do certificado de depósito interbancário (CDI).

Nota 05. Clientes e perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (provisão para créditos de liquidação duvidosa)

O saldo de clientes estava composto da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Clientes Exercícios correntes	2.295.226,21	2.817.820,17
Clientes Exercícios anteriores	1.073.405,73	1.218.949,21
Total	3.368.631,94	4.036.769,38

A conta de clientes são valores a receber decorrentes de transações usuais e de provisões apropriadas segundo o regime de competência. As receitas de serviços são reconhecidas mensalmente pelo valor do serviço no período que efetivamente foram prestados e as receitas de contribuição são registradas mensalmente com base nos valores orçados informados pela área de Arrecadação.

O valor do saldo da conta redutora dos créditos a receber denominada provisão para perdas de recebimentos de crédito (PDD) foi registrado com base nos saldos dos clientes inadimplentes com um período superior a 180 dias de vencidos. Todos os títulos da carteira de recebíveis vencidos há mais de 540 dias, os quais tenham se esgotados todas as tentativas de cobrança foram baixados contabilmente.

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Geral	(268.642,95)	(90.725,91)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Araguaína SGE	(393.950,49)	(134.124,89)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Gurupi SGE	(51.895,52)	(80.079,11)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Palmas SGE	(61.763,67)	(145.559,22)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Taquaralto SGE	(44.755,22)	(71.400,43)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Paraíso SGE	(20.171,23)	(4.950,46)
Total	(841.179,08)	(526.840,02)

Nota 06. Adiantamentos a Empregados

O saldo desse subgrupo se refere basicamente a adiantamentos de férias, despesas médicas e vale transporte concedidos aos colaboradores, conforme descrito no quadro a seguir

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento de Férias	244.166,76	46.553,34
Adiantamento para Despesas Médicas	20.595,57	35.584,40
Total	264.762,33	82.137,74

Nota 07. Departamento Conta Movimento – Ativo Circulante

O saldo desta conta consolida as operações de contas correntes com os departamentos regionais e o departamento nacional, representando os serviços efetuados entre as entidades do sistema indústria, cobrados através dos avisos de lançamentos (AL):

	31/12/2025	31/12/2024
Departamento Nacional	589.651,61	850.866,86
Departamento Regional	73.365,00	-
Total	663.016,61	850.866,86

Nota 08. Receitas a Receber

O valor descrito no quadro a seguir se refere a direitos a receber de receitas de contribuições diretas e indiretas, auxílios mínimos e especiais e àquelas relativas as contribuições sobre o 13º salário:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de contribuições direta/indireta	585.191,65	649.846,96
Receita de cont. S/ 13º direta/indireta	540.395,00	467.314,00
Receita de cont. Auxílio mínimo/especial	3.374.335,04	2.987.622,18
Receita cont. S/13º auxílio mínimo/espec.	2.562.878,00	2.198.881,00
Total	7.062.799,69	6.303.664,14

Nota 09. Depósito em Garantia

Se refere a depósitos realizados em conta judicial para garantia de terceiros devido ações trabalhistas movidas em desfavor da entidade SENAI/DR-TO, conforme determinado em juízo. Provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos, são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião da Unidade Jurídica internos e externos.

As demandas judiciais trabalhistas consistem, principalmente em reclamações de empregados vinculados a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.

	31/12/2025	31/12/2024
Depósito em Garantia - Ações Trabalhistas	73.394,37	40.876,75
Total	73.394,37	40.876,75

Nota 10. Despesas Antecipadas

Estão registrados no ativo os desembolsos antecipados referentes basicamente a seguros, licenças, periódicos e outras despesas, considerando o prazo de geração do benefício, apropriado mensalmente conforme vigência do contrato, da apólice ou durante o prazo do evento:

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas Antecipadas	435.408,57	497.082,87
Total	435.408,57	497.082,87

Nota 11. Outros Créditos e Valores (Realizável a Longo Prazo)

Estão registrados no ativo não circulante realizável a longo prazo os valores referentes as contingências ativas que são ações judiciais em favor da entidade no montante abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Contingências Judiciais e Outras	15.146,35	15.146,35
Total	15.146,35	15.146,35

Nota 12. Imobilizado

O quadro a seguir demonstra a movimentação do imobilizado e as respectivas depreciações:

Imobilizado	31/12/2025	Adições	Baixas/ Transferências	31/12/2024
Bens Imóveis	61.464.645,40	6.947.148,27	-	54.517.497,13
Terrenos	3.830.431,29	-	-	3.830.431,29
Prédios	39.829.665,81	-	-	39.829.665,81
Construção em Andamentos	16.370.784,22	6.947.148,27	-	9.423.635,95
Instalações	1.099.151,63	-	-	1.099.151,63
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	334.612,45	-	-	334.612,45
Bens Móveis	59.550.707,95	4.897.360,09	(498.652,46)	55.152.000,32
Mobiliário em Geral	6.113.772,66	357.287,69	(34.464,04)	5.790.949,01
Veículos	10.446.720,20	168.197,00	-	10.278.523,20
Máquinas e Equipamentos em Geral	28.241.859,50	2.937.402,85	(248.457,39)	25.552.914,04
Equip. Médicos, Cirúrgico e Odontológico	196.410,04	-	(3.175,20)	199.585,24
Equipamento de Informática	12.262.380,26	403.312,18	(210.306,83)	12.069.374,91
Equipamento de Comunicação	2.122.613,76	1.026.710,37	(240,00)	1.096.143,39
Outros Bens Móveis	166.951,53	4.450,00	(2.009,00)	164.510,53
Subtotal	121.015.353,35	11.844.508,36	(498.652,46)	109.669.497,45
(-) Depreciação Acumulada	(52.042.294,87)	(5.748.624,90)	493.361,65	(46.787.031,62)
Total	68.973.058,48	6.095.883,46	(5.290,81)	62.882.465,83

Os bens do imobilizado foram registrados pelo valor de aquisição e/ou construção. As depreciações são calculadas mensalmente pelo método linear a taxas anuais, conforme prazo de vida útil e taxa de depreciação dos bens que relaciona, previstas na legislação fiscal e política de patrimônio.

As obras em andamento são incorporadas ao imobilizado quando de sua conclusão e/ou início de operacionalização.

A entidade avalia na data das demonstrações contábeis, se há indicação de que o ativo possa ser objeto de redução a valor recuperável. A entidade efetuou o levantamento e consequentemente a avaliação de seu imobilizado tangível, considerando os saldos existentes, e foi observado que não houve mudanças significativas de vida útil e valor recuperável.

Nota 13. Intangível

Os ativos intangíveis são relativos aos direitos de uso de softwares, os quais foram registrados com base no custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método de cotas constantes de acordo com sua utilização por prazo legal ou contratual:

Intangível	31/12/2025	Adições	Baixas/Transferências	31/12/2024
Direito de Uso de Software	1.078.467,49	-	-	1.078.467,49
Subtotal	1.078.467,49	-	-	1.078.467,49
(-) Amortização Acumulada	(1.054.133,61)	(37.873,44)	-	(1.016.260,17)
Total	24.333,88	(37.873,44)	-	62.207,32

Nota 14. Fornecedores

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos e demais ações, e tem vencimento no exercício seguinte.

SENAI
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

ACSE 1 Rua de Pedestre SE03 Lote 34-A Edifício Armando Monteiro Neto
Plano Diretor Sul 77020 016 Palmas TO

Tel (63) 3229 5700
www.senai-to.dom.br

Clelio da Cruz Barbosa
Contador CRC TO 005099/O-8
Gerente UNICON – Sistema FIETO

Marcia Rodrigues de Paula
Diretora Regional
SENAI-DR/TO

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	6.012.019,30	830.599,08
Total	6.012.019,30	830.599,08

Nota 15. Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher

O saldo desse subgrupo estava composto da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de Renda	243.222,01	202.495,05
ISS	71.328,81	23.319,11
Contribuição Sindical	3.934,09	3.525,64
CSLL/COFINS/PIS/PASEP	21.910,33	9.449,14
Total	340.395,24	238.788,94

Nota 16. Salários e Encargos a Pagar

O saldo desse subgrupo estava assim composto:

	31/12/2025	31/12/2024
Salários a Pagar	233.558,61	6.954,17
INSS	224.153,03	151.062,57
FGTS	115.590,07	150.498,11
Total	573.301,71	308.514,85

Nota 17. Provisões

O grupo de provisões é composto pelas provisões de férias e seus encargos, contingências judiciais a curto prazo, e as provisões de despesas com arrecadação indireta sobre o 13º salário:

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de Férias	1.041.067,34	928.993,78
FGTS s/ Provisão de Férias	83.285,54	74.319,42
Contingências Judiciais	14.184,98	-
Outras Provisões	18.914,00	16.335,09
Total	1.157.451,86	1.019.648,29

Nota 18. Departamento Conta Movimento – Passivo Circulante

Essa conta representa o montante de valores recebidos pelo departamento nacional e demais parceiros relativos as provisões dos auxílios financeiros para execução de projetos estratégicos:

	31/12/2025	31/12/2024
PJ - Sistema Inf. Gestão Risco e Compliance	-	17.655,78
PJ - Modernização Tecnológica - Palmas	281.502,41	-
PJ - Projeto Conecta	156.037,84	228.377,56
PJ - Modernização Tecnológica - Taquaralto	460.535,86	-
PJ - Modernização Tecnológica - Gurupi	95.259,83	-
PJ - Programa Tocantins Mais	732.453,73	862.380,22
Total	1.725.789,67	1.108.413,56

Nota 19. Convênios – Arrecadação Direta

O saldo desse subgrupo se refere ao repasse de 15% ao SENAI/DN, oriundo dos recursos recebidos pelas contribuições diretas, bem como repasse a Federação da indústria e Instituto Euvaldo Lodi no montante de 1% da arrecadação direta.

	31/12/2025	31/12/2024
DN - Arrecadação Direta	20.169,33	77.980,12
FIETO 1% Repasse Receita	69.585,82	59.269,26
IEL-NR/TO 1% Arrecadação Direta/Indireta	13.439,02	12.266,14
Total	103.194,17	149.515,52

Nota 20. Empréstimos e Financiamentos

Trata-se de financiamento obtido junto ao BNDES, por intermédio do Departamento Nacional, conforme contrato de financiamento nº 12.2.0152.1, de 03 de abril de 2012, cujo valor está registrado no passivo circulante e não circulante.

	31/12/2025	31/12/2024
Curto Prazo	1.574.683,82	1.530.438,59
Empréstimo e Financiamentos	1.574.683,82	1.530.438,59
Atualização monetária - BNDES	-	-
Longo Prazo	3.332.429,29	4.756.121,02
Emp. Finan. Op. Externas - BNDES TO	3.332.429,29	4.756.121,02
Atualização monetária - BNDES	-	-
Total	4.907.113,11	6.286.559,61

A classificação em separado da atualização monetária dos financiamentos obtidos juntos ao BNDES, a partir de 2025 por orientação do departamento nacional, não necessitarão de registros em conta distinta do valor principal, conforme vinha ocorrendo até o ano de 2023. Isso se deu em virtude de modernização operacional do banco supramencionado.

Em 28 de outubro de 2013, foi firmado o 3º Termo Aditivo no qual consta um subcrédito “K3” destinado ao Departamento Regional do Tocantins, no valor de R\$ 6.184.084,68, destinado a implantação de 1 (um) CFP. Com carência de 36 meses, ou seja, até 15 de novembro de 2016, prazo de amortização de 144 meses, vencendo-se a primeira parcela em 15 de dezembro de 2016 e a última em 15 de novembro de 2028.

Em 14 de abril de 2014, foi firmado o 4º Termo Aditivo no qual consta um subcrédito “K4” destinado ao Departamento Regional do Tocantins, também no valor de R\$ 6.184.084,68. Com carência de 36 meses, ou seja, até 15 de abril de 2017, prazo de amortização de 144 meses, vencendo-se a primeira parcela em 15 de maio de 2017 e a última em 15 de abril de 2029.

Em 14 de maio de 2015, foi firmado o 5º Termo Aditivo no qual consta um subcrédito “S5” destinado ao Departamento Regional do Tocantins, no valor de R\$ 271.542,00. Com carência de 36 meses, ou seja, até 15 de maio de 2018, prazo de amortização de 144 meses, vencendo-se a primeira parcela em 15 de junho de 2018 e a última em 15 de maio de 2030. Para as operações citadas nos parágrafos anteriores dessa nota explicativa, foi contratada uma taxa de juros de 1,4% a.a. mais a TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo.

Em novembro de 2016, o Departamento Nacional emitiu a Resolução nº 38/2016 do Conselho Nacional do SENAI, tratando da metodologia sobre a participação ajustada do Departamento

Nacional no âmbito do financiamento junto ao BNDES. Até o mês de novembro de 2016 foi realizado o registro da parte do DR/TO (24%) na conta de obrigação. Após a citada resolução também foi realizado o registro de 76% parte do DN.

Nota 21. Demais Obrigações a Curto Prazo

O saldo desse subgrupo estava composto por obrigações de consignações e por faturamento para prestação de serviços futuros:

	31/12/2025	31/12/2024
Consignações a Pagar	49.801,97	17.306,07
Pensão Alimentícia	1.403,90	1.221,98
ASESF - Assoc. Dos Empregados	39,51	77,74
SESI-DR/TO (Repasse Desconto Em Folha)	164,07	168,00
Plano De Saúde - Unimed	208,96	267,39
BV - Empréstimo Funcionário	-	14.442,88
Plano Odontológico - SENALBA	965,52	1.128,08
E - Empréstimo Consignado CLT	47.020,01	0,00
Faturamento para Prestação de Serviço	712.088,05	1.584.474,71
Prestação de Serviços Futuros	-	28.184,00
Prest. De Serv. Futuros Araguaína SGE	353.329,79	834.882,33
Prest. De Serv. Futuros Taquaralto SGE	173.347,55	214.078,27
Prest. De Serv. Futuros Palmas SGE	59.551,45	360.029,71
Prest. De Serv. Futuros Paraíso SGE	103.403,21	30.596,90
Prest. De Serv. Futuros Gurupi SGE	22.456,05	116.703,50
Total	761.890,02	1.601.780,78

Nota 22. Outras obrigações a longo prazo - Provisões Judiciais

As provisões reconhecidas se referem a ações trabalhistas e recursos administrativos, movidos contra a entidade, e que apresentam prognóstico provável de desembolso futuro.

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões Judiciais Trabalhistas	40.044,26	40.044,26
Total	40.044,26	40.044,26

As contingências trabalhistas descritas no quadro a seguir não foram reconhecidas, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estão totalmente sob o controle da administração. A administração, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos, entende que esses passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas:

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões Judiciais Trabalhistas	1.254.096,59	12.142,61
Total	1.254.096,59	12.142,61

Nota 23. Patrimônio Líquido

SENAI
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Clésio da Cruz Barbosa
Contador CRC TO 005099/O-8
Gerente UNICON – Sistema FIETO

ACSE I Rua de Pedestre SE03 Lote 34-A Edifício Armando Monteiro Neto
Plano Diretor Sul 77020 016 Palmas TO

Márcia Rodrigues de Paula
Diretora Regional
SENAI-DR/TO
Tel (63) 3229.5700
www.senai-to.org.br

- a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o superávit econômico apresentado pela entidade somou R\$ 15.624.018,81 (R\$ 13.918.065,03 em 2024), e com patrimônio líquido da ordem de:

	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio Líquido Acumulado	133.332.213,03	119.414.148,00
Superávit do Exercício	15.624.018,81	13.918.065,03
Total	148.956.231,84	133.332.213,03

- b) Demonstrativo do superávit do exercício

Orçamentárias	31/12/2025	31/12/2024
Receitas Correntes	65.220.682,00	54.600.572,78
Receitas de Capital	5.211.938,94	3.958.246,03
Despesas Correntes	(43.411.552,48)	(38.439.372,94)
Despesas de Capital	(17.586.555,74)	(11.085.314,08)
Superávit Orçamentário a)	9.434.512,72	9.034.131,79
Variações Patrimoniais/Financeiras	31/12/2025	31/12/2024
Variação Patrimonial Ativa	12.337.870,01	9.897.135,78
Variação Financeira Ativa	2.090.026,02	2.103.096,15
Variação Patrimonial Passiva	(6.285.150,80)	(5.822.557,17)
Variação Financeira Passiva	(1.953.239,14)	(1.293.741,52)
Superávit Patrimonial b)	6.189.506,09	4.883.933,24
Superávit do Exercício (a + b)	15.624.018,81	13.918.065,03

Nota 24. Indicadores econômicos - financeiros

(a) Liquidez Imediata (LI): Disponível / Passivo Circulante - O índice de liquidez imediata indica a capacidade financeira da entidade em honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo contando apenas com suas disponibilidades, ou seja, os recursos disponíveis em caixa ou bancos. O resultado dessa relação apresentou ao término do exercício de 2025 o índice de R\$ 6,88 o que representa que para cada R\$ 1,00 real de obrigação a Entidade possui R\$ 6,88 de disponibilidade para honrar com tais compromissos.

(b) Liquidez Corrente (LC): Ativo Circulante / Passivo Circulante - O índice de liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.).

Nesse contexto, o índice no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 7,78 o que representa que para cada R\$ 1,00 em obrigações de curto prazo a Entidade possui R\$ 7,78 de ativos para honrar com tais compromissos, no mesmo período.

(c) Liquidez Geral (LG): (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo) - O índice de liquidez geral demonstra quanto a Entidade poderá dispor em todos os recursos (de curto e longo prazo) para pagar suas dívidas totais.

O SENAI-DR/TO apresentou índice, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de R\$ 6,11 o que representa que para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto e longo prazo, a entidade possui R\$

6,11 de ativos de curto e longo prazo para honrar com tais compromissos.
(d) Endividamento Geral (EG): $(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}) \times 100 / (\text{Passivo} + \text{Patrimônio Líquido})$ - Esse índice demonstra o grau de endividamento da Entidade, refletindo também a sua estrutura de capital.

O índice, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, demonstra que o endividamento geral é de 10%, ou seja, que a entidade possui endividamento junto a terceiros da ordem de 10%, e que utiliza 90% de recursos próprios para suas atividades.

(e) Solvência Geral (SG): $\text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$ - Esse índice demonstra o grau de garantia que a Entidade dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o índice demonstra que o SENAI-DR/TO possui R\$ 10,51 de solvência, ou seja, que para cada R\$ 1,00 em obrigações a entidade possui ativos da ordem de R\$ 10,51 para honrar com tais compromissos.

A seguir é apresentado quadro comparativo com tais índices:

Índices	31/12/2025	31/12/2024
Liquidez Imediata (LI)	6,88	10,24
Liquidez Corrente (LC)	7,78	11,88
Liquidez Geral (LG)	6,11	7,02
Endividamento Geral (EG)	10%	8%
Índice de Solvência Geral (SG)	10,51	12,39

Nota 25. Composição e comparativo das receitas e das despesas por categoria econômica

(a) Receita por categoria

Descrição/Ano	Realizado 2024	Previsto 2025	Realizado 2025	Variação	
				R\$	%
Receitas Correntes	54.600.572,78	64.288.628,65	65.220.682,00	932.053,35	101,45%
Receitas de Contribuições(i)	8.823.979,29	9.419.521,84	9.489.624,65	70.102,81	100,74%
Receitas Financeiras (ii)	6.608.173,43	6.257.103,50	10.485.070,87	4.227.967,37	167,57%
Receitas de Serviços(iii)	5.754.911,91	7.408.921,67	8.213.705,63	804.783,96	110,86%
Outras Receitas Correntes (iv)	211.752,32	24.010,50	85.640,41	61.629,91	356,68%
Transferências Correntes (v)	33.201.755,83	41.179.071,14	36.946.640,44	(4.232.430,70)	89,72%
Receitas de Capital (vi)	3.958.246,03	5.211.371,35	5.211.938,94	567,59	100,01%
Alienação de Bens	2.435.000,00	3.750.000,00	3.750.000,00	-	100,00%
Transferências de Capital	1.523.246,03	1.461.371,35	1.461.938,94	567,59	100,04%
Total	58.558.818,81	69.500.000,00	70.432.620,94	932.620,94	101,34%

(i) Receitas de Contribuição

As receitas de contribuição são constituídas pelas estimativas e apropriações mensais referentes às contribuições diretas, indiretas e adicionais das empresas industriais ao SENAI/DR-TO e às subvenções e auxílios regimentais.

(ii) Receitas Patrimoniais (Financeiras)

As receitas financeiras contemplam as receitas, estimativas e apropriações mensais dos recursos provenientes de locação de imóveis, arrendamento e das aplicações financeiras (juros e caderneta de poupança).

(iii) Receitas de Serviços

As receitas de serviços são constituídas pela prestação de serviços tecnológicos, serviços de consultoria e assistência técnica, serviços administrativos, serviços educacionais e serviços laboratoriais.

(iv) Outras Receitas Correntes

As demais receitas correntes classificadas em "Outras Receitas Correntes" são provenientes das receitas com multas e juros de mora obtidos, descontos obtidos, indenizações e restituições e auxílios financeiros.

(v) Transferências correntes

As receitas classificadas em "Transferências Correntes" são oriundas das subvenções, auxílios e projetos repassados pelo departamento nacional ao departamento regional e convênios firmados com entidades públicas.

(vi) Receitas de Capital

São decorrentes da venda de bens móveis e imóveis e das transferências de capital oriundas de subvenções extraordinárias e auxílios repassados pelo departamento nacional.

Descrição/Ano	Realizado 2024	Previsto 2025	Realizado 2025	Variação	
				R\$	%
Alienação de Bens	2.435.000,00	3.750.000,00	3.750.000,00	-	100,00%
Transferências de Capital	1.523.246,03	1.461.371,35	1.461.938,94	567,59	100,04%
Total	3.958.246,03	5.211.371,35	5.211.938,94	567,59	100,01%

(b) Despesas por categoria

Descrição/Ano	Realizado 2024	Previsto 2025	Realizado 2025	Variação	
				R\$	%
Despesas Correntes	38.439.372,94	46.018.991,12	43.411.552,48	2.607.438,64	94,33%
Pessoal e Encargos Sociais (i)	23.796.661,65	26.150.993,37	24.859.542,90	1.291.450,47	95,06%
Outras Despesas Correntes (ii)	14.642.711,29	19.867.997,75	18.552.009,58	1.315.988,17	93,38%
Despesas de Capital(iii)	11.085.314,08	23.481.008,88	17.586.555,74	5.894.453,14	74,90%
Investimentos	9.593.989,00	21.965.049,24	16.070.043,63	5.895.005,61	73,16%
Inversões Financeiros	1.173,52	1.480,48	1.433,21	47,27	96,81%
Amortizações da Dívida	1.490.151,56	1.514.479,16	1.515.078,90	(599,74)	100,04%
Total	49.524.687,02	69.500.000,00	60.998.108,22	8.501.891,78	87,77%

(i) Pessoal e Encargos Sociais

As despesas com pessoal e encargos sociais são referentes às remunerações das pessoas que integram o quadro de funcionários, empregados temporários, e com o pagamento dos encargos trabalhistas e assistenciais pertinentes.

(ii) Outras Despesas Correntes

As demais despesas correntes classificadas como "Outras Despesas Correntes" são referentes às despesas com ocupação e utilidades, materiais, transportes e viagens, material de distribuição gratuita, serviços de terceiros, despesas financeiras, impostos, taxas e contribuições, despesas diversas, transferências correntes.

As despesas financeiras contemplam as despesas bancárias, de juros e descontos financeiros concedidos.

Descrição/Ano	Realizado 2024	Previsto 2025	Realizado 2025	Variação	
				R\$	%
Despesas Financeiras	1.173.031,13	817.263,44	919.623,23	(102.359,79)	112,52%
Total	1.173.031,13	817.263,44	919.623,23	(102.359,79)	112,52%

(iii) Despesas de Capital

As despesas de capital são os gastos incorridos e as provisões classificáveis como aplicações diretas, investimentos e inversões financeiras e como transferência de capital.

Nota 26. Balanco orçamentário

No que se refere ao balanço orçamentário, verifica-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve um superávit de arrecadação de R\$ 932.620,94 atingindo 101,34% de realização.

Com relação às despesas, houve uma economia no valor de R\$ 8.501.891,78, com índice de realização de 87,77%.

Com relação ao resultado orçamentário, verifica-se um superávit no valor de R\$ 9.434.512,72, no qual as receitas arrecadadas foram superiores as despesas realizadas no exercício.

Nota 27. Balanco financeiro

O Balanço Financeiro demonstra um saldo no final do exercício de 2024 no valor de R\$ 70.710.510,58, que somado aos recursos de R\$ 80.123.253,54, recebidos no decorrer do ano de 2025, perfaz a quantia R\$ 150.833.764,12. Enquanto as despesas apresentam um dispêndio de recursos financeiros de R\$ 66.320.692,28, no exercício de 2025, apresentando, por fim, em 31 de dezembro de 2025, um saldo disponível de R\$ 84.513.071,84.

Descrição	R\$
Saldo do Exercício Anterior - Disponibilidade (31.12.2024)	70.710.510,58
(+) Recursos Recebidos no Exercício (orçamentária e extra orçamentária)	80.123.253,54
Total dos Recursos Disponíveis	150.833.764,12
(-) Recursos despendidos no exercício (orçamentária e extra orçamentária)	(66.320.692,28)
Saldo do Exercício Atual - Disponibilidade (31.12.2025)	84.513.071,84

Nota 28. Demonstração das variações patrimoniais ativas e passivas

Em relação à demonstração das variações patrimoniais ativas e passivas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, se observa um superávit de R\$ 15.624.018,81. O Superávit apresentado foi incorporado ao patrimônio do SENAI-DR/TO, destinado à manutenção dos objetivos institucionais, bem como à utilização em projetos estratégicos voltados ao atendimento das necessidades e melhorias do processo de gestão.

Descrição	R\$
Total das Variações Ativas	84.860.516,97
(-) Total das Variações Passivas	(69.236.498,16)
Superávit Patrimonial	15.624.018,81

Nota 29. Demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada pelo método indireto, evidenciando as movimentações ocorridas no caixa e seus equivalentes, assim, demonstrados pelos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, e os desembolsos relacionados com as ações e operações da Entidade.

O fluxo de caixa dos investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante.

O fluxo de caixa dos financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

O capital circulante líquido é a diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante. Quando o ativo circulante é maior do que o passivo circulante, tem-se um capital circulante líquido próprio, que no caso do SENAI-DR/TO, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o capital circulante líquido próprio de R\$ 83.316.166,68.

O termo “caixa e equivalente de caixa”, compreende o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, além das aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O saldo do caixa e equivalente de caixa no encerramento do exercício de 2025 foi de R\$ 84.513.071,84 (R\$ 70.710.510,58, em 2024), e um aumento caixa e equivalentes de caixa, no exercício, de R\$ 13.802.561,26.

Nota 30. Seguros

Os seguros contratados são considerados suficientes, pela administração, para cobrir eventuais sinistros e salvaguardar os principais ativos da entidade.

Nota 31. Gerenciamento de Risco

O SENAI Tocantins entende a importância da gestão de riscos, assim, implementou processos de monitoramento que vão desde a avaliação periódica dos riscos, pelas áreas visando a avaliação de controles relacionados a eventos que poderão se materializar em riscos até a interlocução direta com os demais atores previstos no mapa de governança da entidade.

O gerenciamento do risco é realizado pelas unidades gestoras dos processos organizacionais (proprietários dos riscos), observando a Política de Gestão de Riscos (PL.CO.02) e o PS.CO.04 – Procedimento Sistêmico de Gestão de Riscos devidamente aprovados pela alta administração. São realizadas ações de capacitações voltadas para o público interno, das políticas e procedimentos, bem como em temas relacionados a Compliance, ética, gestão de riscos, integridade e LGPD.

Nessa linha, o monitoramento dos fatores internos e externos que possam interferir no alcance dos objetivos institucionais ocorre em ciclos preventivos, de modo que a detecção, a comunicação e o tratamento dos riscos aconteçam em tempo hábil, permitindo assim a redução, ou mesmo o impedimento, de eventuais impactos aos negócios e estratégias estabelecidas pelo SENAI.

Nota 32. Outros assuntos

Os balancetes mensais do exercício, referentes à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, foram apreciados e aprovados pelo conselho regional do SENAI/DR-TO.

Os saldos disponíveis em caixas e em bancos estão devidamente confirmados pelos respectivos termos de conferência, extratos bancários e conciliações.

Os demonstrativos contábeis, orçamentários e os quadros que fazem parte da prestação de contas são autênticos e resultam da escrituração dos livros contábeis, de forma a demonstrar o estado das situações orçamentária, financeira e patrimonial do SENAI – Departamento Regional do Tocantins.

Palmas – TO, 22 de janeiro de 2026



Clésio da Cruz Barbosa
Gerente Contábil
CRC/TO 005099/O-8



Márcia Rodrigues de Paula
Diretora Regional
SENAI-DR/TO